

discurso aniversário IAB (02.08.00)

Senhoras, Senhores:

Em seu discurso de posse como Presidente do IAB na gestão de 1.914-1.916, RUY BARBOSA dizia de nós, enquanto membros do Instituto:

“Ao poder não aspirais, e o melhor da vossa condição está em nada terdes com o poder. Mas tudo tendes com a lei. Da lei depende essencialmente o vosso existir. Vosso papel está em serdes um dos guardas professos da lei, guarda espontâneo, independente e desinteressado, mas essencial, permanente e irreduzível”.

Essa, a nossa irrefreável vocação, missão, ofício.

“Doou-nos a terra um fruto”, diz o poeta PAULO MENDES CAMPOS; “força é reparti-lo entre os filhos da terra”. O gesto que a nós incumbe, enquanto em nosso papel de membros do Instituto investidos, o gesto que de nós se espera em uma como que redistribuição das dádivas da terra --- porque nela plantaram, os que nos antecederam, as estacas

que permitiram o nosso acesso a esse grau --- o gesto que cumpre assumirmos nos identifica, nas palavras de RUY, como guardas professos da lei, espontâneos, independentes e desinteressados, no desempenho de um papel essencial, permanente e irreduzível.

Por isso somos príncipes entre os nossos e cada um de nós sabe, conhece melhor do que o outro a velha história:

“Na primeira noite eles se aproximam
e roubam uma flor
do nosso jardim...”.

Guardas professos da lei, espontâneos, independentes e desinteressados, a nós se exige pronta atenção e desdobrado afinho em nosso ofício.

Conhecemos bem a velha história recontada no poema de EDUARDO ALVES DA COSTA --- poema enganosamente atribuído a MAIAKÓVSKY --- a história das cotidianas agressões às liberdades, à legalidade, à Constituição. Por isso mesmo a nós se exige dedicação e coragem, sobretudo coragem, eis que, em regra,

“se nos rebelamos contra a opressão
é sobre nós que marcham os soldados”.

Que belo destino escolhemos, nós, guardas professos da lei, da liberdade, da Constituição, dispostos à luta, ainda que saibamos ser ela tão doída, ingrata, desigual; ainda que o inimigo impiedoso detenha a força e faça desfilar sua arrogância e prepotência tentando dominar-nos pelo medo.

Resistimos porém a todas as incitações, inclusive aos convites, quase sensuais, cheios de lascívia, para participarmos do poder. De tais festins participam apenas os fracos, tíbios, anêmicos de caráter.

A matéria prima de que nos valem em nossas oficinas de trabalho é a vida social, cuja integridade e preservação em estado de dignidade reclama lei, liberdade e Constituição.

Mas o trabalho com a lei --- e o mesmo se diga do trabalho com a liberdade e com a Constituição --- é extremamente desafiador, na medida em que pode facilmente conduzir os indefesos a descaminhos tenebrosos.

É que nós, os assim chamados "modernos", suportamos a idéia de que o direito, a lei, a Constituição equivalem ao antídoto da violência, mas não excluem o uso da força, vale dizer, da violência. O direito, di-lo Kelsen, é regulação da coerção.

A violência do soberano --- única violência permitida pela lei, pelo direito, pela Constituição --- essa violência que assim, admitida pela lei, pelo direito, pela Constituição, passa a configurar-se como "justa", é violência regulada *através da lei* [e não apenas *pela lei*] e, pois, apresenta-se como a única cura possível, como o único remédio, o único antídoto eficaz contra a violência.

A análise dessa fascinante relação entre violência e lei --- que ELÍGIO RESTA ensina consubstanciar relação entre a escrita, a violência e o direito --- nos coloca diante do desafio da *ambivalência*, a oscilação de um polo ao outro, a impossibilidade de o remédio [*phármakon*] apresentar-se como uma coisa apenas.

Aqui não se trata de dizer simplesmente que o *phármakon* é *ambivalente* já que a *ambivalência* está nele e ele mesmo, *phármakon*, é

ambivalência que se duplica, se reafirma, volta-se sobre si própria, joga com suas próprias possibilidades.

ELÍGIO RESTA discorre sobre a ambivalência do *phármakon* enquanto veneno e antídoto. Sócrates bebe o veneno que o mata; mas, de outro lado, sabemos que Anito e Meleto podem matá-lo, mas não podem fazer-lhe mal. O *phármakon* que aparece reduzido a um dos seus pólos, o mal, a morte, o veneno, recupera prontamente a sua ambivalência, o bem, e duplamente. De uma parte, a morte do corpo é a condição de salvação da alma: o veneno para o corpo é, neste mesmo instante, o antídoto, o remédio para a alma. De outra parte, a morte, o mal produzido a Sócrates, indica neste mesmo momento o bem da cidade; a justiça da cidade é, no que respeita a Sócrates, perpetração de injustiça. Simetricamente, a justiça para Sócrates coincide com a injustiça da cidade.

Que sendas íngremes, que caminhos eventual e possivelmente descaminhos temos a trilhar.

De repente nos transformamos em vítimas de uma legalidade concebida apenas como regra de limite para a ação da Administração,

sem operar qualquer *garantia de fins públicos*, já que visa tão-somente à *proteção do interesse privado*.

Vítimas, sim, de uma legalidade consagrada como critério meramente formal, de molde a justificar o direito posto, tal como posto, independentemente de qualquer valoração a propósito do seu conteúdo. Já não compete ao estudioso do direito, desde então, a avaliação da justiça do poder --- tal como exercido sob o manto da legalidade --- ou da norma. Incumbe-lhe, pelo contrário, colocar seu saber ao sabor de valores bem definidos.

Aqui se expandem e se refestelam os lacaios do poder, homens de espinha curva, conformada pelo vício infame de lambar botas. Ora cantam loas aos poderosos, ora produzem decretos e/ou, como hoje se dá, medidas provisórias. Como no soneto de VESPASIANO RAMOS, "multiplica-se o número de Judas e vai crescendo a prole de Pilatos". Alguns, pobres de espírito, não se dando o respeito --- até porque nenhuma porção de respeito merecem --- perdem a medida de tudo, excedendo-se em agressões ao Poder Judiciário e aos nossos juristas mais ilustres.

A política da legalidade a que prestam serviço esses desafetos do direito conduz à neutralidade axiológica do direito e à anulação do direito de resistência contra o direito ilegítimo. O que então importa, desde a perspectiva instalada na consagração do princípio, é que as normas jurídicas sejam rigorosamente cumpridas. Importam *os meios*, à custa do *fins*. Por conseqüência, a legalidade assume o caráter de dogma.

Erigida em mito e substituindo a noção de legitimidade, a legalidade opera a exclusão do âmbito dos debates jurídicos de qualquer consideração a respeito desta última.

A *legalidade* é mito --- cujo rito é o *procedimento legal* --- e, assim, retém o estudioso do direito em um universo de *dever-ser* axiologicamente neutralizado. No discurso jurídico, esvazia o real e pacífica a consciência dos juristas, inclusive dos juízes, fazendo com que todos se conformem com a situação que lhes foi imposta por quem detém o poder de *pôr* o direito (WARAT). Ao final, a *legalidade* se presta a explicar o direito, cumprindo um dos papéis do mito, o de explicar o que não se pode [ou não se quer] compreender --- o que me leva a crer que a maioria dos que se julgam juristas não compreende o direito...

Quanto a nós, príncipes que somos entre os nossos, guardas professos do direito, a nós diz respeito a vida social, tal como é.

Não se limitam, nossos horizontes, àqueles redesenhados na redução do conflito ao litígio, litígio que se resolve com as technicalidades do processo. O litígio é a redução do conflito a sua expressão desumana --- resolva-se os litígios e a estrutura formal da sociedade de mercado estará salva!

Não, a nós não basta apenas isso. Fomos preparados para missões mais nobres, viemos ao mundo para trabalhar na harmonização de interesses, na solução de conflitos, na construção da coesão social.

O direito, para nós, não é apenas um instrumento de resolução de litígios, mas, antes, uma força tendente à harmonização de conflitos sociais.

Por isso, lembrando JEAN PAUL SARTRE, direi, simplesmente, que o direito é um humanismo.

Ambíguo como as relações sociais que toma sob ponderação, o direito pode prestar-se ao envenenamento da democracia. Em recente artigo publicado pela Folha de São Paulo, anunciando a criação da

Associação Brasileira dos Constitucionalistas Democratas (ABCD), JOSÉ AFONSO DA SILVA menciona o uso de formas constitucionais para implantar governos autoritários (Itália, Alemanha, Espanha e Portugal e Brasil), que --- cito entre aspas --- "encontraram homens de boa formação constitucional que puseram seus conhecimentos à serviço dessas ditaduras, como Carl Schmitt, na Alemanha, e Chico Campos, no Brasil".

Sim, assim como há constitucionalistas, há também juristas que não amam a democracia, razão pela qual podemos dizer também, de nós, no mesmo tom usado por RUY há mais de oitenta anos, que somos guardas professos da democracia, independentes e desinteressados.

Príncipes somos porque sabemos, com SARTRE, que a justiça não é um assunto do Estado, mas da sociedade, isto é, do povo.

Para o povo, isto é, para a maioria dos franceses --- diz ele --- há, originariamente, situações justas e situações injustas. Não se trata, aqui, de ideologia, mas de um sentimento muito mais profundo, que exprime a realidade fundamental da consciência popular. Nenhuma atividade social ou política poderia ser popularmente exercida se não fosse

concebida como justa. De outra parte, a justiça de uma causa nutre o entusiasmo e o desprendimento e conduz os grupos sociais a empreender ações que os magistrados constituídos julgam puníveis em função do código e dos princípios que lhes foram impostos. Em outros termos, conclui SARTRE, *o fundamento da justiça é o povo!*

Operadores do direito comprometidos com a defesa da democracia, eis o que somos. E, por isso, muito há a ser exigido de nós, sobretudo no momento que vivemos, nosso cotidiano político tão agitado, cada um expondo as suas próprias chagas. Quem lê as folhas do dia tem a impressão de que caminha pelo Pátio dos Milagres. Sentimos vergonha por eles...

Não obstante --- repito-o ao encerrar estas minhas palavras em noite de comemoração, neste momento de afetuoso convívio na celebração do aniversário do nosso Instituto --- belo é o destino que escolhemos, destino que marca e nos coloca permanentemente em face de reptos e desafios.

Não tem sido generoso o tempo que vivemos, tempo que reclama, de nossa parte, muito de ação e inspiração. É preciso muito de

inspiração para não nos perdermos no interior das próprias complexidades do direito, da lei, da Constituição.

Por isso, e para que nos alcancem as forças de que necessitamos nesta quadra árdua, a fim de que permaneçamos lúcidos guardiães da democracia, atrevo-me a, por todos --- todos tocados por um sopro de esperança --- atrevo-me a pedir: São Barbosa Lima Sobrinho! rogai por nós!